

ATA NÚMERO 288/XII/3.^a SL

Aos 18 dias do mês de junho de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, no âmbito da prossecução do plano de atividades da Comissão.
2. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 232/XII/3.^a (GOV) - Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal.
Autora do parecer: Senhora Deputada Paula Santos (PCP).
3. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 234/XII/3.^a (GOV) - Autoriza o Governo a alterar os estatutos da Casa do Douro, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 277/2003, de 6 de novembro, a definir o regime de regularização das suas dívidas, bem como a criar as condições para a sua transição para uma associação de direito privado, extinguindo o actual estatuto de associação pública da Casa do Douro.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do BE.
4. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 235/XII/3.^a (GOV) - Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.
5. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 236/XII/3.^a (GOV) - Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

6. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 377/XII/3.^a, de iniciativa de Alfredo José de Sousa e outros: Preparar a reestruturação da dívida para crescer sustentadamente.

Relatora: Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).

7. Outros assuntos.
-

1. Audição do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, no âmbito da prossecução do plano de atividades da Comissão.

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos, apresentando as boas-vindas ao Senhor Secretário de Estado e enquadrando a reunião no âmbito das audições previstas no Plano de Atividades da Comissão.

Após uma intervenção inicial do Senhor Secretário de Estado, usaram da palavra, na primeira ronda, os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), Conceição Bessa Ruão (PSD), Artur Rego (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Secretário de Estado respondido às questões colocadas, a seguir a cada intervenção.

Na segunda ronda registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Isabel Santos (PS), Conceição Bessa Ruão (PSD), Artur Rego (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Secretário de Estado respondido, no final, ao conjunto das questões.

Intervieram, na terceira ronda, os Senhores Deputados Isabel Santos (PS), Conceição Bessa Ruão (PSD), Artur Rego (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP). O Senhor Secretário de Estado usou da palavra no final, respondendo ao conjunto das questões colocadas.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.

2. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 232/XII/3.ª (GOV) - Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal.

Autora do parecer: Senhora Deputada Paula Santos (PCP).

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 232/XII/3.ª \(GOV\)](#), destacando o facto de o Governo não ter enviado os estudos, documentos e pareceres que a fundamentam e ainda a necessidade de constar, no título, que a Proposta de Lei procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), que saudou a autora do parecer e referiu que, encontrando-se a discussão em Plenário agendada para essa mesma tarde, teriam então oportunidade de debater esta matéria.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

3. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 234/XII/3.ª (GOV) - Autoriza o Governo a alterar os estatutos da Casa do Douro, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 277/2003, de 6 de novembro, a definir o regime de regularização das suas dívidas, bem como a criar as condições para a sua transição para uma associação de direito privado, extinguindo o actual estatuto de associação pública da Casa do Douro.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do BE.

[Baixou à Comissão de Agricultura e Mar, com conexão à COFAP].

O Grupo Parlamentar do BE indicou o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) como autor do parecer da Comissão à [Proposta de Lei n.º 234/XII/3.ª \(GOV\)](#).

4. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 235/XII/3.ª (GOV) – Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) como autora do parecer da Comissão à [Proposta de Lei n.º 235/XII/3.ª \(GOV\)](#).

- 5. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 236/XII/3.ª (GOV) – Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto.**

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

O Grupo Parlamentar do PS indicou a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) como autora do parecer da Comissão à [Proposta de Lei n.º 236/XII/3.ª \(GOV\)](#).

- 6. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 377/XII/3.ª, de iniciativa de Alfredo José de Sousa e outros: Preparar a reestruturação da dívida para crescer sustentadamente.**

Relatora: Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) apresentou o relatório sobre a [Petição n.º 377/XII/3.ª](#) e destacou a relevância desta matéria no panorama nacional e no futuro de Portugal. Fez, de seguida, referência aos pedidos efetuados pelos peticionários e que constam da alínea e) das conclusões: a aprovação, pela Assembleia da República, de uma resolução e a audição pública de personalidades relevantes para o objetivo em causa. A este propósito, e relativamente ao primeiro ponto, considerou que poderão ser os grupos parlamentares a tomar a iniciativa. Já em relação à audição, defendeu que a Comissão deve apresentar a proposta à Senhora Presidente, por entender que a Assembleia da República deve assumir o lançamento de temas fundamentais e que representam diferentes sensibilidades.

O Senhor Deputado Nuno Reis (PSD) felicitou a Senhora Deputada pela elaboração do relatório e manifestou a sua discordância relativamente à alínea e) do parecer, no que se refere à proposta de audição pública, por considerar que não deverá ser a Comissão a desencadear este processo.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) saudou a relatora pelo cuidado e imparcialidade do relatório e considerou que, dada a sensibilidade do assunto em causa, a decisão deverá ser tomada em Plenário e não em Comissão, sob a forma de relatório.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) destacou a importância desta matéria e o pedido formulado pelos peticionários, entendendo que as audições permitiriam recolher informação muito relevante sobre este assunto. Assim, reafirmou o entendimento de que deveria ser a Assembleia da República, e não os Grupos Parlamentares individualmente, a assumir esta iniciativa.

A pedido do PSD e CDS-PP, a alínea e) foi votada separadamente do restante parecer, tendo a mesma sido rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP e BE. O restante parecer foi aprovado por unanimidade.

7. Outros assuntos.

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 13:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de junho de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Barbosa
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Sónia Fertuzinhos
Catarina Marcelino
Conceição Bessa Ruão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos